

## Nota de imprensa

### **Grupo Parlamentar do CDS-PP defende uma Autonomia ao serviço do desenvolvimento regional**

Na Sessão Solene Evocativa dos 45 anos da Abertura Solene da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, Catarina Cabeceiras, defendeu que "os passos que se estão a dar nos Açores hoje, colocarão a nossa Região num novo patamar de desenvolvimento e progresso a breve trecho".

Fazendo referência a alguns dos desafios que a Região Autónoma dos Açores tem enfrentado, como "o centralismo, a pouca sensibilidade política do Terreiro do Paço para com as nossas ilhas, o isolamento, a descontinuidade geográfica e os avanços da natureza", a líder parlamentar afirmou que "a Autonomia da nossa Região não se pode ficar pelo que já alcançou. Tem de ser um instrumento ao serviço da mudança, traduzindo-se em resultados efetivos para as famílias açorianas".

"Um dos grandes desafios que se colocam hoje é o desenvolvimento efetivo da nossa Região", salientou a deputada, apontando como "primordial apostar na educação profissional e na formação superior dos jovens que são o futuro dos Açores. Precisamos de vozes críticas e espíritos empreendedores".

Quanto ao combate à pobreza estrutural, que grassa nos Açores, "é um imperativo ético, e também se faz pela potencialização daquelas que são reconhecidas internacionalmente como as maiores riquezas da Região, seja a paisagem natural como oferta turística ou os produtos locais de excelência que podemos exportar, gerando mais riqueza e melhor emprego".

Outro dos maiores desafios que se colocam hoje à Autonomia Regional é o impacto que já se começa a sentir no domínio demográfico, "sendo necessário encontrar soluções para enfrentar o despovoamento populacional e fixar populações nas nossas nove ilhas".

"Enfrentamos ainda hoje um problema que já fora identificado nos primeiros tempos da Autonomia", recordou Catarina Cabeceiras. "Trata-se da superação do nosso próprio condicionalismo territorial no que respeita aos transportes. Aqui, convém salientar que a Autonomia política se traduz também na capacidade de recordar a República das suas obrigações para com a Região, nomeadamente a de promover a correção das desigualdades derivadas da insularidade".

Se a construção dos Açores de hoje assenta nas ferramentas e nos instrumentos que a nossa Autonomia nos deu, e que não tínhamos antes, a Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP lembrou que "a consagração constitucional da Autonomia representou um reconhecimento político

de que existem comunidades regionais, com interesses próprios no contexto nacional" e alertou que "em momento algum, esses interesses próprios podem ser negligenciados ou deixados à mercê de lógicas que condicionam ou rejeitam os princípios autonomistas que nos são tão caros".

A deputada Catarina Cabeceiras reconheceu que há ainda muito a fazer para catapultar os Açores para os lugares cimeiros dos diversos indicadores económicos e sociais, nomeadamente em áreas nas quais a Região goza de maior poder de decisão, tais como a saúde e a educação. Porém, o tempo que vivemos é de esperança, pois "a existência de um governo de coligação, pluripartidário, após mais de duas décadas de maioria absoluta, significa um enorme progresso do sistema democrático nos Açores".

"É pela capacidade de diálogo, pelo compromisso político e pelo pluralismo de opiniões que a Autonomia ganha mais força perante os desafios que os Açores atravessam", considerou a líder parlamentar. "Não esqueçamos a nossa missão coletiva, que não se esgota no tempo, e que passa pela afirmação convicta dos valores autonomistas".

"'Antes morrer livres do que em paz sujeitos', frase escrita por Ciprião de Figueiredo em 1582, deve continuar a ser o mote da nossa ação política", rematou.

Horta, 4 de setembro de 2021